



Espaço Cultural CRMPR

A exposição "elas.artes.crmpr" foi aberta no dia 2 de dezembro no Espaço Cultural da Casa do Médico. São desenhos, pinturas, gravuras e cerâmicas de cinco artistas paranaenses que estarão à visitação até 16 de janeiro. O local foi inaugurado em outubro, como parte dos festejos do Dia do Médico, com a mostra "Pinturas Recentes". Na foto, o presidente do Conselho com as artistas expositoras. Páginas 12 e 13



J O R N A L D O

CRM PR

Informativo do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Ano VIII • N.º 65
Novembro e Dezembro/2004
www.crmpr.org.br
e-mail: jornal@crmpr.org.br

Endereço para devolução:
Rua Victório Viezzer, 84. Vista Alegre. Curitiba-PR. 80810-340



Medicina debate exame de habilitação profissional

O debate sobre o exame de habilitação profissional volta a ganhar destaque na medicina, tal qual outras atividades, reflexo da constatação de que está aumentando o número de médicos malformados que chegam ao mercado e, com eles, os riscos à população. A adoção de mecanismos capazes de melhorar o ensino médico começa a ser discutida de forma mais realística entre os Conselhos de Medicina e também coordenadores de cursos, acadêmicos e legisladores. O Cremesp realizou um seminário sobre o tema em outubro e projeta a implantação de uma avaliação experimental com recém-formados em medicina já em 2005, com perspectiva de torná-la obrigatória pelo menos em São Paulo no ano seguinte, mesmo que em forma de resolução, como ocorre com a Veterinária. A Comissão de Ensino Médico do CRMPR está envolvida no debate sobre a qualificação, que ainda permite muitos questionamentos éticos, legais e de formação. Confira amplo material, incluindo opiniões sobre o assunto, nas **Páginas 8, 9, 10 e 11.**

Ações judiciais, nova estratégia para CBHPM



Hélio Bertolozzi Soares (à esq.) coordenou o Encontro das Comissões de Honorários Médicos, na AMP, em Curitiba. A decisão de resguardar os direitos dos médicos em ações judiciais foi ratificada na reunião da Comissão de Implantação, na sede da AMP, em São Paulo (abaixo, à dir.).

A regulamentação da profissão médica

As entidades médicas intensificaram a mobilização em todo o País visando conscientizar a sociedade sobre a relevância da regulamentação da profissão, através da aprovação do projeto do Ato Médico. **Página 11**

O Encontro da CNI e das Comissões Estaduais de Honorários Médicos, realizado em Curitiba, definiu a nova estratégia para a implantação da Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos: ações judiciais contra as operadoras. Blindagem jurídica, reequilíbrio financeiro e contratualização estão entre as iniciativas, ratificadas na reunião da Comissão Nacional, realizada em SP, dia 7 de dezembro. **Pág.3**



2004, um ano de consciência de luta!

Dezembro de 2004. Mais um ano se passou, mais escolas médicas foram abertas, com a qualidade do ensino médico abaixo da crítica em algumas. Os orçamentos públicos para a Saúde diminuem - além de não serem executados. A Emenda Constitucional 29 não é cumprida pelos gestores públicos, da esfera municipal, estadual e federal no tocante ao seu valor e finalidades. A contratação de médicos no SUS continua precária em sua maioria, sem haver uma carreira digna, estável e estimuladora ao profissional no sistema público. As operadoras de saúde continuam explorando o trabalho médico através de sua lógica mercantil. O movimento político de desvalorização da profissão médica e a não aceitação por profissionais de saúde não-médicos de que o médico tenha a sua profissão regulamentada, apesar de todas as outras já terem sido.

Este cenário sombrio, se reporta aos tópicos estabelecidos pelo movimento médico, no último ENEM, realizado em maio de 2003, quando as entidades médicas estabeleceram suas linhas de atuação em defesa da dignidade profissional e da melhor assistência médica a todos os brasileiros. Inicialmente, preconizando a implantação do Sistema Único de Saúde, obedecendo os preceitos constitucionais de universalidade, equidade e igualdade, com um compatível orçamento para sua execução.

A seguir, defendendo uma adequada educação médica, formando médicos com qualidade e em número proporcional à necessidade social, preconizando uma visão holística e integral do ser humano, praticando o ato médico para tratar de pessoas e não o reducionismo do segmento doença. Também, participando da equipe multidisciplinar de saúde, onde cada profissão respeita e responde por seus atos praticados, os quais sejam previstos como de sua competência estabelecidas na forma

da lei.

As adversidades de 2004 continuarão em 2005 e podem se repetir nos anos seguintes. Porém, estas afirmações não são de desânimo; são observações da realidade do contexto saúde do médico inserido na sociedade.

O ano de 2004 está sendo o da conscientização do médico que é preciso lutar para manter a dignidade e o valor de sua profissão. Entendemos que o trabalho médico deve ser respeitado pela sociedade através da qualidade do seu exercício profissional, do ponto de vista técnico, científico e humanitário. A consciência do valor da relação médico-paciente e seus familiares é vital para preservar o prestígio de nossa profissão, assim como a consciência de que a tecnologia e a intermediação do trabalho médico afastam os médicos de seus pacientes, enfraquecendo a valorização social da medicina.

Em 2004 tivemos demonstração de nossa força, quando unidos na defesa da implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos nos organizamos nas Assembleias, estabelecendo manifestações públicas e períodos de paralisações, realçando o quanto vale o nosso trabalho.

Realizamos um movimento de defesa profissional e também da sociedade, pois defendemos uma classificação que preconiza maior cobertura assistencial com procedimentos atualizados. Explicamos a violência que sofremos no desequilíbrio financeiro imposto unilateralmente pelos gestores de saúde, do segmento público e privado, nos últimos 10 anos.

Estamos a postos com entusiasmo e determinação para defender uma medicina de qualidade para todos os cidadãos, não admitindo direitos de primeira e segunda categorias. Defendemos os direitos do cidadão para os meios disponíveis no país, com recursos orçamentários para tal. O SUS é o principal campo de atua-

ção do médico em nosso país. Precisamos exigir uma carreira digna ao médico do serviço público.

O ato médico deve e precisa ser debatido com a sociedade. Sua regulamentação é de fundamental importância para a profissão, mas, enquanto discutimos a questão, é preciso que o médico esteja presente em seus atos privados, não delegando a outros profissionais atribuições não compatíveis com sua formação e competência legal de atuar. Ao zelar por um sempre melhor exemplo profissional, deveremos estar atentos à qualidade da medicina que praticamos.

Esta discussão se inicia nas escolas médicas, quando muitas delas não possuem a qualidade de ensino desejável, situação agravada pela abertura de novas escolas patrocinadas pela lógica mercantil. A preocupação cresce quando o número de vagas para residência médica corresponde a 50% do número de médicos formados. E devemos ir além. A velocidade de novos conhecimentos na medicina faz com que sua renovação ocorra em 5 a 10 anos, não existindo ainda em nosso país mecanismos de avaliação do médico formado há mais de 10 anos. Portanto, um novo tema se apresenta para discutirmos: o exame de habilitação para registro e continuidade do exercício da medicina, instrumento já existente em países como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra. As entidades médicas e os educadores deverão encontrar a melhor solução para termos uma medicina de qualidade e de maior proteção ao cidadão.

Assim termina 2004, um ano de luta, um ano de atitudes. Começa 2005, um ano de desafios. Esperamos que todos os médicos e suas famílias tenham saúde e serenidade para sempre construirmos um mundo melhor. Feliz Natal e Ano-Novo de realizações!

Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho,
presidente do CRM-PR

e x p e d i e n t e

CRM PR

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial

Donizetti Dimer Giamberardino Filho (coordenador), Luiz Sallim Emed, Gerson Zafalon Martins, Ehrenfried Othmar Wittig, Joao Manuel Cardoso Martins e Hernani Vieira

Diretoria**Presidente:** Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho / **Vice-Presidente:** Cons. Helcio Bertolozzi Soares / **1.ª Secretária:** Cons. Raquela Rotta Burkiewicz / **2.ª Secretária:** Cons. Mauri José Piazza / **Tesoureiro:** Cons. Gerson Zafalon Martins / **Tesoureiro-Adjunto:** Cons. Roberto Bastos da Serra **Freire Corregedor:** Cons. Carlos Roberto Goytacaz Rocha **Corregedor-Adjunto:** Cons. Luiz Sallim Emed.**Conselheiros**

Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy, Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Carlos Ehke Braga Filho, Carlos Puppi Buseti Mori, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Célia Inês Burgardt, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen, Ewald Von Rosen Seeling Stahlke, Fernando Meyer, Gerson Zafalon Martins, Helcio Bertolozzi Soares, Helio Delle Donne Junior, Joachim Graf, José Luis de Oliveira Camargo, Kemei Jorge Chammas, Lucia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed, Marcelo da Silva Kaminski, Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, Marcos Flavio Gomes Montenegro, Marília Cristina Milano Campos, Mario Stival, Marta Vaz Dias de Souza Boger, Mauri José Piazza, Mauricio Marcondes Ribas, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Monica de Biase Wright Kastrop, Paulo Roberto Mussi, Raquela Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florencio, Sérgio Maciel Molteni, Sérgio Ossamu Ioshii, Wadir Rupollo (falecido), Wanderley Silva, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

Membros NatosDr. DUILTON DE PAOLA, Dr. FARID SABBAG, Dr. LUÍZ CARLOS SOBANIA, Dr. WADIR RUPOLLO (falecido em 23/05/04) e LUÍZ SALLIM EMED
Consultor Jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque
Assessores Jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma
Médicos Fiscais: Dr. Elísio Lopes Rodrigues e Dr. Paulo César Aranda**Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá**

Rua Victorio Viezer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 240-4000 / Fax: (0xx41) 240-4001 - e-mail: crmpr@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Apucarana

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana-PR / Fone: (0xx43) 424-1417 / e-mail: apucarana@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Campo Mourão

Rua Harrison José Borges, 1154 - sala 602 - Ed. Likes / 87303-130 - Campo Mourão - PR / Fone/fax: (0xx44) 525-1048 / e-mail: cmcrmpr@onda.com.br

- Delegacia Regional de Cascavel

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel-PR / Fone/fax: (0xx45) 222-2263 / cascavel@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso, 1293 - sala 604/ Cond. Centro Empr. Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (0xx45) 572-4770 / fozdoiguacu@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Guarapuava

Rua Barão do Rio Branco, 779, sala 07 - Centro / 85.010-040 - Guarapuava-PR / Fone/fax: (0xx42) 623-7699 / arletegp@hotmail.com

- Delegacia Regional de Londrina

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Cond. Empr. Newton Camara/ 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (0xx43) 3321-4961 / Fax: 3339-5347 / londrina@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Maringá

Ruas das Azaleias, 209 / 87060-040 - Maringá - PR / Fone/fax: (0xx44) 224-4329 / e-mail: maringa@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (0xx42) 224-5292 / pontagrossa@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174 / e-mail: toledo@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160 / e-mail: umcrmpr@onda.com.br

- Delegacia Regional de Foz de Iguaçu

Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro-PR / Fone/Fax: (0xx47) 643-6140 / e-mail: rionegro@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (0xx42) 224-5292 / pontagrossa@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174 / e-mail: toledo@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160 / e-mail: umcrmpr@onda.com.br

- Delegacia Regional de Foz de Iguaçu

Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro-PR / Fone/Fax: (0xx47) 643-6140 / e-mail: rionegro@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (0xx42) 224-5292 / pontagrossa@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174 / e-mail: toledo@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160 / e-mail: umcrmpr@onda.com.br

- Delegacia Regional de Foz de Iguaçu

Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro-PR / Fone/Fax: (0xx47) 643-6140 / e-mail: rionegro@crmpr.org.br

Jornalista responsável: Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / **Assistente editorial:** Priscila P. J. Naufel / **Fotos:** Joel Cerizza, Miro Matiak e Marcio Arruda (CFM) / **Editoração:** Upper Comunicação (0xx41) 252-0674 / **Fotolito e Impressão:** Serzgraf Tiragem: 17.000 exemplares.

Ações judiciais contra operadoras visam resguardar direitos médicos

O reequilíbrio financeiro, a blindagem jurídica e a contratualização são algumas ações jurídicas que os médicos já estão colocando em prática na luta pela implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos. A nova estratégia foi definida durante o Encontro das Comissões Estaduais de Honorários Médicos, realizado dia 19 de novembro na Associação Médica do Paraná, em Curitiba. A posição acabou sendo ratificada dia 7 de dezembro, em São Paulo, em nova reunião da Comissão Nacional para Implantação da CBHPM, na qual o Paraná esteve representado por Hécio Bertolozzi Soares, vice-presidente do Conselho de Medicina e presidente da CEHM.

Conforme o deliberado, todo o ordenamento das ações será conduzido pela Comissão Jurídica formada pelos assessores jurídicos da Bahia, Paraná, AMB e CFM. Também integram o grupo de trabalho os membros da Comissão Nacional para Implantação (CNI). O próximo encontro das Comissões Estaduais vai ocorrer dia 16 de dezembro na sede do Conselho de Medicina do Rio de Janeiro (Cremej), para o qual estão sendo convocados os representantes das entidades médicas e suas assessorias jurídicas.

A estratégia definida tem o apoio das 52 Sociedades de Especialidade, que se comprometeram a participar das ações. De acordo com Hécio Bertolozzi Soares, a primeira medida pretendida é o processo de blindagem jurídica, que impede as operadoras de planos e seguros de saúde a descredenciarem unilateralmente os médicos e clínicas envolvidos no movimento. A outra é a exigência de cláusula sobre reajustes nos contratos de prestação de serviços entre médicos e operadoras, com a determinação da periodicidade e do índice a serem praticados. A precaução decorre do fato de que a assinatura dos contratos se esgota em 28 de fevereiro, conforme decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A terceira "frente" de ações judiciais contra operadoras de saúde tem base na tese do reequilíbrio econômico-financeiro, nas quais entidades ou grupos de médicos passam a exigir a reposição das perdas sofridas nos últimos anos, quando não receberam reajustes. Antonio Celso Albuquerque e Carlos Alberto Moro, assessores jurídicos do CRMPR e da AMP, manifestaram durante o encontro em Curitiba que, tais ações, "certamente produzirão êxito porque é direito das partes

contratantes buscar em juízo o equilíbrio financeiro nos contratos quando este se torne oneroso para uma delas, como ocorreu com os médicos que prestam serviços às operadoras". A perspectiva é de correção da defasagem dos últimos cinco anos.

Ao abrir o encontro em Curitiba, o coordenador da Comissão Nacional para Implantação da CBHPM, Lincoln Freire, assinalou que as Comissões mantêm-se receptivas a contribuições de todos os colegas. "Fomos capazes de construir uma Classificação que rompe com o paradigma das tabelas, baseados no lobby de algumas especialidades, e conseguimos tornar a implantação da Classificação uma discussão nacional". Destacou ainda que continuam as negociações com a ANS para a incorporação dos novos procedimentos da Classificação no rol de cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde.

Na reunião em Curitiba estiveram presentes representantes das Comissões da maioria dos Estados. A maior parte dos debates envolveu a nova estratégia de batalha jurídica como instrumento de pressão política e fortalecimento do movimento pela valorização da atividade médica. Como medida prioritária, optou-se pelo ingresso de ações pedindo a suspensão dos descredencia-



Coordenadores do Encontro da CNI e Comissões Estaduais, realizado em 19 de novembro na sede da AMP, em Curitiba.

mentos até o julgamento do mérito da ação principal. Ao mesmo tempo, decidiu-se por iniciativas complementares visando resgatar as perdas passadas e prever o futuro, com a contratualização aclarando aspectos da atualização.

Projeto de lei

Conforme o coordenador da CNI, Lincoln Freire, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) deve apresentar ainda em dezembro o relatório sobre o PL 3.466/04, que institui a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos na saúde suplementar, em âmbito nacional. "É evidente o lobby das seguradoras para descaracterizar o projeto de lei, mas o relator garantiu que estão sendo preservadas as questões consensuais e a essência do PL apresentado pelo deputado Ino-

cêncio de Oliveira (PFL-PE)", afirmou Freire. De acordo com a pauta da Câmara Federal, há a possibilidade de que a proposta, que tramita em regime de urgência, seja votada em plenário entre os dias 15 e 17 de dezembro, quando será organizada uma grande mobilização da categoria em Brasília.

Especialidades e ações

Conforme deliberado na reunião do Conselho Científico da AMB de 30 de novembro, as Sociedades de Especialidade passaram a ser orientadas para que o ajuizamento das ações individuais através de suas regionais/estaduais seja realizado de preferência até 17 de dezembro. Ocorre que, após essa data, o Poder Judiciário entrará em férias forenses, só retomando as atividades regulares em fevereiro.



A maioria dos Estados esteve representada no encontro em Curitiba, que deliberou sobre novas estratégias do movimento.

Comissão de Implantação - Face a composição da nova diretoria do CFM, os novos representantes da entidade na Comissão Nacional para Implantação da CBHPM são os conselheiros Abdon Murad (Maranhão) e Luiz Sallim Emed (Paraná). Ao todo são 10 integrantes, sendo coordenador Lincoln Freire, da AMB.

Câmaras Técnicas - A primeira reunião das Câmaras Técnicas, que visam otimizar custos e viabilizar a implantação da Classificação, foi realizada dia 7 de dezembro na sede da AMB, em São Paulo. O encontro reuniu integrantes das Câmaras Técnicas de CBHPM, de Órtese e Prótese, de Materiais e Medicamentos, de Incorporação de Tecnologias e de Diretrizes. Os estudos envolvem representantes da AMB, CFM, Unidas e Unimed.

Balanco no país - Desde o início de 2004, a mobilização da classe médica pela implantação da CBHPM já envolve 20 Estados com suspensão de atendimento, 19 deles em relação a seguradoras, incluindo o Paraná. O grupo Unidas celebrou acordo em 17 Estados e mais cinco regionais paulistas, mas no Paraná as negociações ainda não se consolidaram. Ainda houve acordo com 76 planos de empresas de medicina de grupo, em 18 Estados. No sistema Unimed foram fechados acordo em 28 sindiculares, dentre elas as de Paranaguá e Londrina.

Exercício da bioética exige liberdade e humildade

O coordenador do Comitê Nacional de Ética em Pesquisas (Conep), Prof. William Saad Hossne, fez a conferência de abertura da 30.^a Jornada de Bioética da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Paraná, que ocorreu em Curitiba nos dias 26 e 27 de novembro. O tema colocado em debate foi "Pesquisas em seres humanos". A edição na Capital encerrou o calendário de atividades do ano da Câmara Técnica de Bioética, que no primeiro bimestre de 2005 deve concluir o seu planejamento para o exercício. Ao todo, foram realizadas nove jornadas em 2004, em diferentes regiões do Paraná, a primeira delas em abril, em Santo Antônio da Platina.

Além de fundador e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, o Prof. William Hossne também é coordenador do primeiro curso de mestrado em Bioética, inaugurado em agosto deste ano pelo Centro Universitário São Camilo, em São Paulo. O curso de pós-graduação específico para formação de bioeticistas foi aberto com 20 vagas envolvendo profissionais de vários campos do saber e de vários pontos do país. Igualmente envolve docentes e orientadores de diferentes correntes profissionais e a sua segunda turma já está sendo selecionada para 2005.

De acordo com o Prof. William Hossne, o exercício da Bioética exige liberdade e opção. "É esse exercício deve ser realizado sem coação, sem coerção e sem preconceito. A Bioética exige também humildade para se respeitar a divergência, e grandeza para reformulação, quando ocorre a demonstração de ter sido equivocada a opção". Ele não deixa de enaltecer a importância da

Resolução 196/96 (MS), referente à pesquisa envolvendo seres humanos, no Brasil. "A peça é toda ela de Bioética, desde sua concepção, sua elaboração, suas disposições e suas práticas e, por isso mesmo, se reveste de pioneirismo nesse campo. É o único documento, no mundo, construído sob preceitos da Bioética".

Historia o coordenador do Comitê que, durante a Segunda Guerra Mundial, os médicos nazistas transformaram os prisioneiros dos campos de concentração em cobaias humanas. Em 1946, o Tribunal de Nuremberg foi instituído para julgar os acusados de crimes de guerra, mas sem dispor de base legal. Dois anos depois (1948) era formalizada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir de então, vários documentos, declarações e códigos de ética e direitos humanos foram criados para impedir violações semelhantes. Do Código de Nuremberg, documento que referenda o princípio da autonomia, a transição incluiu a Declaração de Helsinque (1964), o lançamento do livro pilar "Bioética: uma ponte para o futuro" (1971), a Enciclopédia da Bioética (1978), o livro norteador da disciplina "Princípios de Ética Biomédica" (1979), as Diretrizes Internacionais para Pesquisa Bioética, a Resolução 196 e a criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde (1996).

Ainda conforme o Prof. William Hossne, recentemente alguns países – liderados pelos Estados Unidos – deram início a

tentativas de mudar regras, como a Declaração de Helsinque, para tornar mais flexíveis normas de estudos com seres humanos. "Novas resoluções tornam vulneráveis o sujeito de pesquisa e acentuam diferenças entre ricos e pobres. O Brasil é fortemente contrário a essa posição. Estamos agindo para mudar isso", afirma.

Na seqüência, trechos de entrevista com o palestrante.

Qual a origem da Bioética?

Dr. William Saad Hossne – A expressão bioética surgiu no início da década de 70, como

supõe análises que promovem a interface entre campos do conhecimento. Um exemplo dessa multidisciplinariedade está na formação dos comitês de ética em pesquisa, que analisam projetos onde se trabalha com seres humanos. A comissão avaliadora dos estudos é formada por mais de sete pessoas. Dentre elas estão homens e mulheres, porque há diferenças entre os gêneros na interpretação de questões éticas. Outra regra é que a equipe não pode ter mais de quatro membros do mesmo campo profissional e deve ter, pelo menos, um representante dos usuários de remédios para dar o ponto de vista dos pacientes.

Quando o tema ganhou destaque no Brasil?

Há pouco tempo. E três fatos contribuíram: a criação da Sociedade Brasileira de Bioética, em 1992, a publicação da revista "Bioética" do Conselho Federal de Medicina (1992) e a criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde, em 1996. A bioética também foi adquirindo espaço cada vez maior com a criação de sociedades nacionais e internacionais, com a edição de livros e periódicos de alto nível especializados no assunto. Pode-se invocar como emblemático desse crescimento a existência de comitês de bioética em diversos países e, em particular, a existência da Comissão Internacional de Bioética da Unesco. Hoje, no Brasil e em vários países, os cursos de graduação na área da saúde, e também muitos de pós-graduação, incluem em sua grade curricular a disciplina Bioética.



Prof. William Saad Hossne, fundador da Sociedade Brasileira de Bioética e coordenador do Conep.

neologismo, com o significado precípua de um alerta contra o eventual mau uso - com riscos profundos para a humanidade - dos avanços da biologia molecular, iniciado na década de 50. A palavra, nesses 35 anos, ganhou vida própria levando à criação de um corpo de doutrina denso e consistente. A bioética não é mais um processo e nem um movimento. Ela se preocupa com os problemas cotidianos e busca ética nas ciências da saúde, da vida e para o meio ambiente. É pluralista por essência e pres-

Qual a importância da Resolução e da atuação do Conep?

A resolução não é um código, pois deve haver o exercício ético da opção. Quando o comitê aprova um projeto de pesquisa, torna-se co-responsável pelo estudo. O sujeito da pesquisa precisa assinar um termo de livre-esclarecido, que explica os detalhes da pesquisa, seus deveres e direitos. A resolução se desdobrou em outros documentos para áreas específicas, como a de desenvolvimento de novos medicamentos. O Conep recebe, por ano, uma média de 1,5 mil projetos de pesquisa. Isso permite estimar o total de projetos em cerca de 15 mil em todo o país por ano, muitos deles analisados apenas por comissões locais ou estaduais. O Brasil conta com 400 comitês nas instituições de pesquisa voltados à avaliação bioética (26 no Paraná). Ao todo, temos cerca de seis mil pessoas discutindo conceitos bioéticos no país e isso explica a evolução do campo. É um exercício permanente de humildade, de aceitar a opinião dos outros e de saber que ninguém é dono da verdade.

Isso explica a necessidade de formação de recursos humanos no campo da bioética?

No Brasil não se dispunha, até agora, de um curso de pós-graduação específico voltado à formação de bioeticistas. Contava-se, sim, com cursos de *latu sensu* apenas ou com a disciplina de Bioética inserida no conteúdo programático de cursos de pós-graduação na área da saúde. Daí a necessidade de se criar um curso específico. O curso da São Camilo é o primeiro no país que tem a autorização da Capes.

O que se pretende com o curso?

Dar sustentação para a formação e o desenvolvimento em bioética, para docentes, pesquisadores e interessados que já tenham boa formação na sua respectiva área de conhecimento, capacitando-os à reflexão ética,



► abrindo novos horizontes e desenhando processo de amadurecimento científico, cultural, filosófico e social.

Que conteúdo reúne?

O programa tem um conjunto de disciplinas que formam uma grade básica e outra eletiva. Na matriz básica, as disciplinas abordam temas referentes à ética, à moral, às bases conceituais da bioética, à análise bioética dos códigos de ética profissional, às questões éticas do início da vida (aborto, reprodução assistida, clonagem, engenharia genética), às questões éticas do final da vida (doente terminal, eutanásia, distanásia). Como complementação, são oferecidas as disciplinas de metodologia científica e de metodologia do ensino.

Na área das disciplinas eletivas, inclui-se o estudo da bioética na pesquisa em seres vivos, a bioética nas diversas situações clínicas, a bioética do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, a bioética na reabilitação (inclusão e exclusão social), a bioética e o biodireito e a bioética e as correntes filosóficas. Além disso, estão previstas diferentes linhas de pesquisa.

Algum paranaense na primeira turma?

Não! Mas com certeza teremos no grupo que começa em 2005.

Quais são as questões polêmicas da bioética?

Todas as questões em bioética podem ser polêmicas. Ela se distingue pelo fato de se tratar de uma análise, avaliação e equacionamento de conflitos. A bioética formula mais questões do que enuncia peremptoriamente respostas. Contudo, são perguntas que suscitam as devidas reflexões e que levam à melhor resposta. A bioética não é um código; os eventuais códigos é que devem buscar subsídios na reflexão bioética. De modo geral, são polêmicas todas as questões que ainda não passaram pelo crivo dos usos e costumes da sociedade. Os códigos e as leis são fruto de escolha de valores por determinada

sociedade, através dos usos e costumes. São valores que a sociedade elegeu e que todo cidadão deve respeitar. São valores que devemos introjetar e podem variar de uma sociedade a outra. Ao passo que a ética é um juízo e reflexão crítica sobre conflitos de valores, que exigem uma opção vinda de dentro para fora de cada um de nós; exige uma avaliação reflexiva, o que cria a angústia da opção. É essa angústia que nos obriga constantemente a avaliações e reavaliações, que deve ser elaborada e não escamoteada. Assim, todas as questões que ainda não foram consagradas pelos usos e costumes da sociedade são polêmicas e estão no âmbito da especialidade da bioética: clonagem, transgenia, reprogramação, interrupção de tratamento etc. Nos dias atuais, a clonagem reprodutiva e/ou a terapêutica e a transgenia podem ser apontadas como questões polêmicas que mais chamam atenção do grande público.

E a Lei de Biossegurança?

Na qualidade de coordenador da Conep, cabe-me avaliar projetos de pesquisa que podem vir a ser propostos nesse âmbito. Dentro das normas, cabe à Comissão avaliar cada projeto que lhe é proposto. A resolução não veda nada especificamente, mas também não autoriza nada genericamente. Cada projeto é avaliado à luz da bioética. Sobre a lei levada ao Congresso, cabe à sociedade se manifestar. Minha concepção, contudo, é de que não devemos temer o novo conhecimento, mas a ignorância e o obscurantismo. Importa, sim, que o novo conhecimento seja obtido de forma especificamente adequada e aplicado de maneira também eticamente adequada, com cautela e prudência, sob a vigilância do controle social. Por isso, chega em momento oportuno a criação do primeiro curso de mestrado específico em Bioética.

Programa de videoconferências

A videoconferência de telepatologia de 10 de novembro encerrou a programação de telemedicina e educação continuada do Conselho de Medicina do Paraná no ano. As atividades deverão ser retomadas somente em fevereiro ou março de 2005, com possibilidade de as discussões anatomo-clínicas serem levadas a outras cidades-pólos paranaenses. Este ano, foram sete edições de telepatologia, com transmissão a partir da sala de necropsia do Serviço de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da USP. A última teve recepção no auditório da Santa Casa de Curitiba e na Regional do Conselho em Maringá, envolvendo cerca de 50 pessoas entre professores, médicos e estudantes.



Carteira a novos médicos



O presidente do Conselho, Donizetti Giamberardino Filho (no destaque), conduziu a solenidade ética de 9 de novembro para a entrega de carteira a 15 novos médicos. A reunião ocorreu na Plenária e o presidente proferiu palestra sobre os desafios que esperam os profissionais para o exercício da atividade de forma zelosa e ética.

Prevenção de acidentes de trabalho

A 1.ª Semana Interna de Prevenção do Acidente do Trabalho do Instituto Curitiba de Saúde (ICS) teve sua solenidade de abertura realizada no auditório do CRMPR, dia 24 de novembro. A troca de experiências e informações envolveu cerca de 250 servidores municipais. Palestras informativas e educativas tiveram o propósito de sensibilizar os participantes para uma maior reflexão sobre as atitudes a serem adotadas no cotidiano, na busca de estilo de vida e ambiente de trabalho mais saudáveis.



Ambientes saudáveis e premiados



Durante a 2.ª Mostra Curitiba de Ambientes Saudáveis, a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Secretaria Municipal de Saúde promoveram a entrega de certificados a 28 instituições que se destacaram no projeto Ambientes Saudáveis, derivado do Vida Saudável e que objetiva incentivar práticas que promovam a saúde e qualidade de vida. Cerca de 150 pessoas participaram da cerimônia de Titulação de Ambientes Saudáveis, ocorrida em 9 de novembro, no auditório do CRMPR e que contemplou 16 empresas, nove escolas municipais e três universidades. De acordo com a secretária municipal da Saúde, Edimara Seegmüller, "as instituições transformaram seus locais de trabalho e estudo em ambientes saudáveis, contribuindo para melhoria da saúde e da qualidade de vida da comunidade onde atuam, através das atividades que desenvolvem".

Falta de recursos coloca saúde pública na UTI, adverte delegado

O presidente da Regional de Pato Branco é o entrevistado desta edição do Jornal do CRMPR. O Dr. Paulo de Tarso Fernandes Furtado avalia que o Sudoeste está muito bem-servido de profissionais e serviços. Porém, pela carência de recursos, a assistência oferecida na área de saúde pública tem subsistido pelo compromisso ético, social e moral dos médicos e hospitais com a população. Ele projeta um quadro sombrio se não houver maior atenção por parte dos governantes, em especial no que se refere a financiamento, já que há o risco iminente de os municípios menores sofrerem com fechamento de seus hospitais e evasão de profissionais, sem contar que os procedimentos especializados estão cada vez menos acessíveis. O delegado critica o modelo que exige de responsabilidade as escolas médicas sem compromisso de qualidade e vê no exame de habilitação um instrumento capaz de melhorar a formação e a prática da medicina.

Jornal do CRMPR - Como o Sr. avalia as condições atuais de assistência na região?

Dr. Paulo de Tarso Fernandes Furtado – Na cidade de Pato Branco posso dizer que a situação ficou bastante grave. A Secretaria de Saúde, alegando falta de recursos, demitiu médicos. Além disso, há falta de equipamentos e exames complementares à disposição da população usuária do SUS. Em determinadas situações, um exame de glicemia pode demorar até 30 dias para ser realizado. A Secretaria raramente paga exames pouco mais complexos, como ecocardiograma, endoscopia digestiva, teste de esforço...

Temos assistido ao desparecimento dos hospitais nas pequenas municipalidades por inviabilidade fi-

nanceira. Como está esse fenômeno na região? O plano de regionalização proposto pelo governo estadual é uma alternativa capaz de atender à população? Os recursos orçamentários e o piso fixado pelo Estado são realísticos?

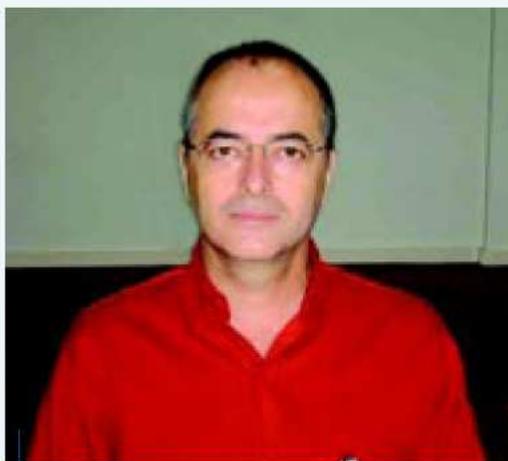
Nos pequenos municípios o que está ocorrendo é a união do corpo clínico de dois ou mais hospitais, tomando um só (fechando o outro) para que possa manter os serviços. O plano de regionalização proposto pelo governo só será capaz de atender a população se houver, efetivamente, mais recursos financeiros. Só de planos e boa vontade não vai resolver. Os recursos orçamentários e o piso fixado pelo Estado estão muito aquém da necessidade real da região para que se possa fazer medicina de qualidade.

O Sudoeste tem bons pólos de serviços médicos, como Pato Branco, e Francisco Beltrão, mas qual é o real extrato da estrutura assistencial existente e disponível à população? A contenção econômica local produz êxodo contínuo de pacientes?

O Sudoeste tem bons pólos de serviços, várias especialidades e serviços complementares. Em Pato Branco, existe serviço de nefrologia com mais de 300 transplantes, serviço de oncologia, hemodinâmica e cirurgia cardíaca, além de ser a quarta cidade do Paraná a ser credenciada pelo Ministério da Saúde para transplante cardíaco, podendo, desta forma, dar atendimento à quase totalidade das patologias. Mas pelo que se vê, pelo atual tipo de gerenciamento de recursos, sendo

insuficientes, para o gestor fica muito mais prático encaminhar os pacientes para outros centros do que bancar o custo.

Cirurgias eletivas, como colicistectomia, herniorrafia, etc, não estão sendo feitas na região e os pacientes têm de ir operar em Curitiba. Para se ter uma idéia da atual situação, um exame de coronariografia demora cerca de 90 dias para ser liberado e, muitas vezes, na espera, os pacientes estão ocorrendo ao hospital com quadro agudo que poderia ser evitado. Existem cerca de 100 pacientes esperando cirurgia cardíaca e hemodinâmica inter-



Dr. Paulo de Tarso, da Regional de Pato Branco.

vencionista, inclusive crianças. Como são eletivas, estão na fila de espera porque os recursos atuais mal cobrem os cateterismos e cirurgias cardíacas de emergência. Isto já foi amplamente discutido, solicitado revisão de orçamento, mas até agora nada foi feito. Esperamos que o governo do Estado se sensibilize com esta situação e venha atender as necessidades reais da região.

É importante salientar que o Sudoeste está muito bem-servido de médicos e serviços de saúde, com alto grau de qualidade e resolubilidade, mas que, por insuficiência de verbas, não pode atender toda a população necessitada, que tem de viajar de ônibus, correndo risco desnecessário,

visto que recentemente houve acidente com um ônibus de Pato Branco que levava pacientes para consulta na Capital. Neste desastre, pessoas perderam a vida.

A Policlínica, hospital de referência, chegou a esboçar uma cisão com o sistema público...

De fato, a Policlínica Pato Branco esboçou uma cisão com o sistema público há alguns anos, mas após várias reuniões com o gestor da época, analisando o seu papel social, bem como o atendimento em alta complexidade - nefrologia, por exemplo, que também teria que se descredenciar - resolveu manter o atendimento visto que não era a melhor maneira de negociar e também iria penalizar a população mais carente. O que a gente sente é que, ao persistir esta falta de investimento em saúde, muitos hospitais terão que fechar ou reduzir a qualidade, o que é perigoso, pois lida-se com saúde de pessoas.

A proporção médico-habitantes é adequada?

Algumas cidades vizinhas ainda são carentes de médicos ou especialistas, mas Pato Branco já observa uma concentração acentuada de médicos, tal qual nos grandes centros. A cidade tem 133 médicos cadastrados e em atividade, o que dá uma proporção de um para cada grupo de 467 habitantes, muito cômoda para o que preconiza a OMS. Contudo, na Regional, são 386 para todos os 42 municípios, o que altera e muito o perfil.

Quais são as carências mais perceptíveis pelo médico para exercer sua atividade na região?

O uso indiscriminado dos recursos tecnológicos, além de

estar minando a relação médico-paciente, encarece e muito a saúde pública, bem como os planos de saúde. Na minha opinião, deve-se a duas situações: falta de conhecimento médico e/ou maior faturamento. Mesmo onde há carência de recursos, pode, algumas vezes, usar deste artifício para ser mais "fácil e rápido" a consulta médica.

Como está a educação médica no âmbito local?

A experiência em fortalecer a educação médica local pode se dizer frustrante pelos baixos índices de comparecimento dos médicos às reuniões. Em 2002, fizemos várias reuniões científicas, convidando médicos renomados do Paraná para ministrarem palestras, em encontros até valendo pontos para reválidação do título de especialista em Cardiologia, com temas bastante abrangentes. A presença foi pequena, considerando o número de médicos da região. Também ocorreram encontros da Associação e do próprio CRM, com baixa presença. Não conseguimos fazer um diagnóstico da causa do baixo comparecimento. Será que todos estariam indo nos congressos médicos fora?

A sede do Conselho e as atividades oferecidas estão a contento?

Sim. Sugerimos apenas maior rapidez nos pareceres, mas entendemos que haja um grande número de casos a serem avaliados.

Como o Sr. avalia a questão do ato médico?

Estamos aguardando a decisão do Congresso em regulamentar a lei, pois sabemos da interposição das demais profissões, algumas "invadindo" o ato exclusivamente médico e, muitas vezes, não temos o amparo legal para evitar que isto aconteça e tomar as medidas cabíveis.

E a luta pela implantação da Classificação?

Na nossa região, de uma maneira geral, os médicos estão aprovando. O maior convênio da região é da Unimed e esta já está fazendo estudos para implantação no próximo ano. Na relação com o serviço público, apesar da má-



remuneração, tem-se dado assistência de qualidade, isso somente pelo compromisso ético, social e moral dos médicos e hospitais com a população. Felizmente, não se vê nos hospitais locais pacientes abrigados em macas nos corredores e muito menos deixados sem atendimento nos casos de urgência e emergência. Como já dissemos, esperamos que o governo se sensibilize com a questão de saúde pública e aumente os recursos para que os hospitais se mantenham abertos e se possa fazer medicina com um mínimo de qualidade.

A formação médica tem a agravante da proliferação de escolas sem compromisso com qualidade e ética. O exame de habilitação surge como proposta para amenizar o problema...

Temos visto a proliferação de escolas médicas pelo Brasil e muitas destas com qualidade duvidosa, que após a colação de grau o formando estará liberado para exercer medicina, muitas vezes sem condições para tal, colocando em risco a população. Sem dúvida, é hora de termos algum mecanismo para impedir que o médico sem capacitação necessária possa exercer profissão de tamanha responsabilidade. A OAB, sem dúvida, contribui para a chegada ao mercado de trabalho de profissionais de maior qualidade. O CFM deveria, também, fazer uma prova de habilitação. Com isso, as escolas terão de melhorar o nível ou fechar. E a grande beneficiada será a população, que estará correndo menos risco de ser atendida por um mau profissional.

E a Ordem dos Médicos?

Creio que seria uma alternativa viável para exercer papel de força diante dos inúmeros problemas da área de saúde.

Qual o envolvimento do médico no Sudoeste nas políticas de saúde?

De modo geral, está pouco envolvido, talvez desmotivado pela precariedade de recursos. Muitas vezes a sua função é cortar gastos. Em Pato Branco foi desativado o PSF e todas as políticas

de saúde, atualmente, estão paradas.

Sua análise sobre Bioética, células-tronco, anencefalia e interrupção de gestação, distanásia e outros temas polêmicos da atualidade?

Tive a oportunidade de assistir em Pato Branco a palestra sobre Bioética e acho que é de extrema valia o médico ter conhecimento. O que mais me chamou a atenção foi o papel do médico em relação a não-maleficência, não só nas pesquisas mas também no atendimento. O médico sempre deve se perguntar se o seu ato pode causar algum dano ou não. Possível dano justifica um bem melhor? Quanto a pesquisa de células-tronco, sou favorável e acho que ciência quando para o bem da humanidade deve ser incentivada, apesar da complexidade filosófica. Quanto a interrupção de gestação de feto anencefalo, acho que o casal, unicamente, deve tomar tão dolorosa decisão e jamais manter a gestação somente para doação de órgãos. Mas se a decisão for de levar a gestação até o fim, a doação deve ser incentivada. Sou contra a distanásia e sempre que houver tal situação deve haver a opinião de um segundo médico. Temos de respeitar a vida e a morte e jamais trazer sofrimento desnecessário ao paciente e seus familiares. Também sou contra a eutanásia, visto que esta jamais foi a nossa função. Prolongar a vida, sim; abreviar, não. A vida é o maior dom que Deus nos deu e nós temos de preservá-la sempre, com bom senso, responsabilidade e respeito. Nestes pacientes, em particular, nossa função é diminuir seu sofrimento, sem matá-lo, pois não temos esse direito.

Perfil

O Dr. Paulo de Tarso Fernandes Furtado (CRM 7241) tem 48 anos e está cumprindo o segundo mandato na presidência da Regional de Pato Branco. Formado pela UFPR em 1980, é especialista em medicina interna/clínica médica e cardiologia, com habilitação em ecocardiografia pela SBC.

Denem com sede no Paraná em 2005



Representantes do Centro Acadêmico Nilo Cairo (Danc), da Universidade Federal do Paraná, estiveram reunidos na noite de 1.º de dezembro com conselheiros do CRMPR. O encontro ocorreu na sala de diretoria do Conselho e teve o propósito de debater aspectos relativos à relação com a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), que no próximo ano terá suas atividades centralizadas no Danc, em Curitiba, além de outros assuntos pertinentes ao ensino, à ética e à profissão.

Participaram do encontro (foto) os acadêmicos Luiz Nicolodi, Raffael Massuda, Thaís Alesso Leite e Victor Gomide Carvalho, que fazem parte do Danc. Além do presidente do CRMPR, Donizetti Ciamberardino Filho, estiveram presentes o vice-presidente Hélcio Bertolozzi Soares, a secretária Raquele Rotta Burkiewicz, o tesoureiro-adjunto Roberto da Serra Freire e os conselheiros Ewolda Von Rosen Seeling Stahlke e Miguel Ibraim Hanna Sobrinho, este coordenador da Comissão de Ensino Médico.

A Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina é o órgão máximo de representação dos estudantes de medicina e congrega os centros e diretórios acadêmicos de todas as Faculdades de Medicina - públicas e privadas - do Brasil. Fundada há 18 anos, tem entre as suas metas a melhoria da qualidade da educação médica, a formação de profissionais mais comprometidos com as reais necessidades da população e a defesa da saúde de sua forma ampla, o que lhe deu o status de "Movimento em Defesa da Vida". A sede da Direção atual é o Centro Acadêmico Dr. Domingos Ulhôa, da Universidade Federal de Uberlândia (MG). Dentre os eventos organizados pela Direção estão o Congresso Brasileiro de Estudantes de Medicina, o Erem e o Ecem.

Delegados de Pato Branco

- » Dr. João Antonio Schemberk Júnior (CRM 12064) – Vice-presidente. Formado em 1990 pela PUCPR e especialista em cirurgia geral. Atua no Hospital São Lucas, em Pato Branco desde 1993.
- » Dr.ª Giana Dacle Telles (12682) - Formada em 1990 pela Evangélica, especialista em clínica geral e pediatria.
- » Dr. Sylvio José Borela (5304) - Formado pela Faculdade de Medicina de Uberlândia. É membro titular da Academia Brasileira de Neurologia.
- » Dr. Eduardo Ernesto Obrzut Filho (1705) - Secretário. Formado pela UFPR em 1977 e especialista em ginecologia e obstetrícia. Atua desde 1980 no São Lucas de Pato Branco.
- » Dr. César Augusto Macedo de Souza (5773) - Formado em 1977 pela UFPR e especialista em pediatria. Foi vice-presidente da Associação Médica de Pato Branco e vice-superintendente da Unimed Pato Branco. É o atual presidente da Unimed Iguazu e vice do Hospital São Lucas.
- » Dr. Gilberto José Lago de Almeida (9415) - Formado em 1984 pela UFPR e especialista em medicina interna, cardiologia e medicina intensiva. Atua UTI Policlínica de Pato Branco e, desde 99, é diretor clínico do Hospital São Paulo, em Palmas (PR).
- » Dr. Eduardo Katsusi Toshimitsu (9118) - Formado pela USP em 1979 e especialista em cirurgia geral.
- » Dr. José Bortolaz Neto (6494) - Formado em 1978 pela Universidade de Passo Fundo em 1978, especialista em pediatria.

Em defesa da saúde



“Para o bom exercício da medicina e para proteger a sociedade, o exame de habilitação apresenta-se como alternativa eficaz e que poderia ser extensiva às demais profissões de saúde. Temos de admitir uma contradição atualmente, que obriga aos graduados fora do país a passarem por uma prova para revalidarem seus diplomas, mas não avaliamos a condição real dos que aqui se formam. O respaldo legal pode até gerar discussões, como o que fazer com o jovem médico ainda inabilitado. Porém, será menos problemático do que a sociedade sofrer os efeitos do ingresso no mercado de maus profissionais. O exemplo norte-americano demonstra maior vigilância no controle dos médicos que chegam ao mercado, passando por três exames. A primeira prova ocorre no 4.º ano, para ingresso no internato, o que se repete na busca à residência. E a última, para ser especialista. No Brasil, é preciso reconhecer que vivenciamos esse impasse pela inoperância da maioria das escolas. No Paraná, contudo, com nossa Comissão de Ensino, que congrega coordenadores e acadêmicos das sete escolas médicas, temos utilizado o fórum adequado para debater com transparência a questão e avançar para uma posição de consenso.”

Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho,
presidente do Conselho de Medicina do Paraná

Decisão precisa ser consciente

“O tema é polêmico e necessita ser debatido pelos profissionais médicos, pelos órgãos formadores de recursos humanos e pela sociedade civil. Em recente encontro participei de painel sobre o tema e fiquei positivamente impressionado com a disposição de se melhorar e qualificar o exercício profissional, que é o nosso objetivo maior. Temos muitos pontos a discutir, como quem deverá realizar o teste, se recém-graduados devem participar, os conhecimentos solicitados, habilidades práticas, referenciais, se será igual para todos, se consideradas as diferenças das escolas e, finalmente, o que vai acontecer com os que não foram aprovados. A discussão vem em boa hora e a meu ver em construção. Se optamos pelo exame que seja justo e que de fato venha a contribuir para melhorar e qualificar. Se optamos por não implantar, que esta seja uma decisão consciente, debatida amplamente por todos.”

Dr. Miguel Ibrahim Hanna Sobrinho,
coordenador da Câmara Técnica de Ensino Médico do CRM-PR



Advogados solidários à qualificação

“Com a proliferação de cursos superiores, não só de Direito, e a forma inópia com que o MEC vem autorizando o funcionamento de cursos sem observar a sua qualidade, somos defensores de que todos os graduados sejam submetidos a um exame de proficiência. É uma forma de assegurar escolas qualificadas e profissionais preparados para ingressar no mercado de trabalho. Somos solidários à proposta de que a Medicina tenha seu exame de habilitação para recém-formados, mas entendemos que é preciso buscar a regulamentação na esfera do Legislativo, sob pena de a questão para a Justiça tal qual ocorreu com outras profissões regulamentadas.”

Dr. Manoel Antonio de Oliveira Franco,
presidente da OAB-PR

Tendência nas profissões

“A avaliação profissional se apresenta como uma tendência iminente em todas as profissões, em especial a medicina, que tem se mobilizado em defesa de ensino de qualidade e contra abertura indiscriminada de escolas. A sociedade espera a chegada ao mercado de profissionais qualificados, o que esbarra na falta de critérios mais rigorosos para a abertura ou fechamento de cursos. O caminho adequado para a avaliação é a regulamentação por lei, numa extensão ao que ocorre com os bacharéis em Direito. A medicina veterinária instituiu o Exame Nacional através de resolução e tem enfrentado questionamentos judiciais, mas que se percebe é que alunos e professores das boas escolas não temem a certificação. E os cursos só temo elevar o seu conceito. Na veterinária, a média histórica de reprovação nos exames tem sido de 25%, deixando perceptível a necessidade de mais harmonia no trinômio ensino-pesquisa-extensão.”

Dr. Massaru Sugai,
presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná

Visão de acadêmicos: idéia válida

“A implementação de um exame de habilitação para a área médica, a exemplo do exame da OAB, pode ser capaz de avaliar conhecimento teórico adquirido durante os seis anos de faculdade, contudo pode deixar a desejar quanto à avaliação de capacidades, que é o que realmente importa. Entretanto, como surgimento de novos cursos que visam apenas o ganho financeiro de algumas instituições de ‘ensino’, devem ser tomadas atitudes que visem controlar a qualidade de ensino e aprendizado nas instituições. Essa iniciativa, mesmo não sendo a ideal, é válida. Acredito que no Paraná não teremos grandes problemas, pois a grande maioria das faculdades de medicina vem se preocupando e atuando sempre visando a qualidade no ensino.”

Lineu Alberto Domit Filho,
presidente do Centro Acadêmico de Medicina da Uniãoeste

Visão de acadêmicos: contra o exame

“Individualmente e como estudante, considero o exame uma medida incabível. Será que seis anos de estudo serão relativos e de nada servirão? Sonhos e talentos serão abandonados? Acho que se deve priorizar a melhoria do ensino médico, a não abertura indiscriminada de escolas médicas, a qualificação e capacitação de professores, ou seja, buscar uma medicina com qualidade. Assim teremos ótimos profissionais: preparados, conscientes e seguros do ensino que tiveram, aptos a exercer a profissão em qualquer situação. E mais a quem seria aplicado? Será que só aos graduandos? E os médicos já formados? A medicina não é formada pelos novos profissionais apenas. Será que não temos que rever a estrutura de toda medicina?”

Yumi Hoshi,
presidente do Centro Acadêmico de Medicina Mário de Abreu (PUCPR)

Por que fazer o exame?



“A abertura de escolas médicas tem forte impacto sobre a medicina. No Brasil, até novembro de 2002, existiam 112 escolas médicas, 59 públicas e 53 privadas. Atualmente, já funcionam 125 faculdades e várias outras aguardam parecer de aprovação do MEC. São vagas 11.323 vagas ofertadas, 22% em São Paulo. Outro fator relevante é que não há vagas suficientes na residência, o meio mais adequado de garantir o necessário treinamento médico. São 16.556 em todo o país (todas as bolsas), mas que não suprem a demanda dos recém-formados. O exame de qualificação deve garantir uma condição mínima para a concessão do registro profissional ao jovem médico. Isso é uma obrigação dos Conselhos de Medicina, na condição de entidades fiscalizadoras da atividade médica. A população, pelo fato de sofrer as consequências, tem cobrado mecanismos que garantam a boa formação dos médicos. Os médicos malformados também sofrem com esta situação de precariedade do ensino.”

Dr. Clóvis Franciso Contantino,
presidente do Cremesp

Reação ao ensino inadequado

“O que propomos é discutir soluções para o problema grave das escolas médicas não qualificadas. É preciso ressaltar o contexto da absoluta irresponsabilidade das políticas educacionais que permitem a abertura e o funcionamento desses cursos de Medicina e das deficiências das políticas de saúde, responsáveis pela falta de planejamento administrativo e pela distribuição desigual de médicos no país. Médicos em excesso e malformados não só degradam a profissão, como trazem riscos para a população.”

Dr. José Luiz Gomes do Amaral,
Presidente da Associação Paulista de Medicina

Aspectos éticos e legais

“O Código de Ética Médica regula as organizações de prestação de serviços médicos, mas não inclui as faculdades de Medicina. Torna obrigatória a inscrição no CRM, mas não impõe a avaliação dos recém-formados. Os CRMs e as Comissões de Ética podem fiscalizar o exercício ético, mas não o ensino médico. Já a Constituição Brasileira garante igualdade a todos os brasileiros e estrangeiros perante a lei, ressaltando que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer coisa alguma senão em virtude da lei, e que é livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, desde que atendidas as qualificações necessárias que a lei estabelecer.”

Dr. Sidnei Ferreira,
do Conselho de Medicina do Rio de Janeiro

Experiência positiva no RS

“Em 1971 a Associação Médica do RS fez a experiência com um Conselho formado por 150 professores de 10 faculdades, para avaliar o aprendizado dos médicos e garantir uma medicina de qualidade. Foram aprovados 102 dos 115 examinados. Em 1978, a AMB realizou exame semelhante nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1996, 1997 e 1998 nosso exame foi aplicado em São Paulo e no Rio Grande do Sul. São experiências pontuais, mas pioneiras, que podem ser levadas em conta.”



Dr. Marco Antônio Becker,
presidente do Cremers

Crerios de recertificação

“A implantação do exame é a antecipação para que o caos não ocorra. A especificidade da medicina é a vida humana, e competência pressupõe responsabilidade ética. Quando se vai fazer a recertificação do recém-formado é preciso, antes de mais nada, saber onde se quer chegar, que perfil de profissional se quer atingir. O que não pode acontecer é habilitar uma pessoa despreparada. Você habilita e depois quem vai se responsabilizar pelas possíveis falhas cometidas? É razoável que apenas 50% dos profissionais médicos estejam bem formados? Não gostaria de ser atendida por um médico que acerte só 50% do diagnóstico”.

Dr. Glória Maria Santos Pereira Lima,
da Fundação Carlos Chagas

O exame da Ordem

“O exame de habilitação em medicina é necessário, justo e legal. A OAB faz o exame desde 1971. Atualmente ele é realizado três vezes ao ano com cerca de 28 a 30 mil inscritos em cada seleção. No caso da advocacia, quando falamos em abertura de cursos, o problema toma proporções ainda maiores, pois existem quase 800 faculdades de Direito no Brasil, enquanto que nos Estados Unidos são 170. A prova é dividida em duas fases, a primeira com 100 questões de múltipla escolha. Só os aprovados na primeira fase são convocados para a segunda, que pressupõe a resolução de um caso. É importante as entidades médicas saberem que, após a implantação da prova, surgirão cursinhos preparatórios. A OAB está ao lado dos médicos para a implantação do exame. Temos certeza de que não será fácil, mas é urgente, é necessário e é possível.”

Dra. Tallulah Kobayash de A. Carvalho,
da OAB

Em defesa de legislação

“O projeto de lei nº 217, elaborado pelo senador Tião Viana, propõe mudanças no artigo 17 da lei 3.268 e o art. 48 da lei nº 9.394 para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da medicina. Hoje defendo o exame, mas quando me formei e fiz especialização era contra. A minha maior preocupação era a de que submeter o estudante a um exame seria jogar para o indivíduo a responsabilidade das entidades e instituições. Me parecia uma aberração fazer uma prova depois de permitir que a pessoa fizesse um curso mediocre. O argumento ético, moral e político, no entanto, é o paciente. Temos que ser responsáveis tanto com o aluno quanto com a população. Abrir mão do exame é abandonar uma importante instituição de proteção à sociedade”.

Dr. Arlindo Chinaglia,
médico e deputado federal (PT/SP)

Fortalecido movimento em defesa do ato médico

O debate sobre a regulamentação da profissão médica vem sendo intensificado visando esclarecer a sociedade brasileira sobre o falso estigma criado em torno da proposta do Projeto de Lei 25/02. As entidades médicas representativas têm levado a discussão do ato médico a todos os eventos técnico-científicos, conclamando aos médicos para que, além de se envolver na mobilização em defesa do ato médico, não deleguem atribuições de sua exclusiva competência a outros profissionais inabilitados legalmente ou por formação.

Representantes do Conselho Federal de Medicina e da Comissão do Ato Médico participaram de diversos eventos nos meses de outubro e novembro em defesa do projeto de lei. O principal deles ocorreu nos dias 23 e 24 de novembro, na sede do CFM, em Brasília, envolvendo todas as entidades médicas nacionais e estaduais. O objetivo foi rediscutir estratégias para consolidar a regulamentação da profissão. Conselheiros do CRMPR estiveram presentes no encontro em Brasília e também em vários outros de âmbito estadual em que o ato médico esteve em questão. Durante a reunião do Conselho Estadual de Saúde, no início de novembro, o presidente do CRM, Donizetti Giamberardino Filho, teve a oportunidade de esclarecer aspectos da proposta de lei e da sua importância para a melhor atenção à saúde da população. Referiu-se que a aprovação do projeto deve ser visto como um ato de cidadania e respeito às pessoas.

Em artigo veiculado em vários Estados, o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, esclarece que todas as profissões da área da saúde têm sua regulamentação em lei, exceto a Medicina. “Isso, em tese, deve-se ao fato de todo mundo saber o que o médico faz, e os legisladores nunca se

preocuparam com a matéria. No entanto, justamente devido à evolução do conhecimento científico e à complexidade cada vez maior da atenção à saúde, tal legislação hoje é necessária”, assinala.

Ainda conforme o dirigente, o projeto de lei, em seus cinco artigos, nada assinala além do óbvio, como a de que só o médico, ressalvado o odontólogo, tem a competência profissional para diagnosticar as doenças e prescrever o tratamento para os doentes.

“A atenção à saúde é obrigatoriamente praticada por equipe multiprofissional, pois ninguém a realiza sozinho. Cada profissão tem sua atribuição definida em lei e nenhum outro profissional diagnostica doenças e indica o respectivo tratamento. O psicólogo faz a avaliação psicológica; o fisioterapeuta, a avaliação cinésio-funcional; o enfermeiro, a de enfermagem e todos assistem seus pacientes de acordo com suas capacidades e com absoluta autonomia dentro das prerrogativas estabelecidas em suas leis”. O presidente do CFM interpreta má-fé na assertiva de que todos os profissionais estariam subordinados ao médico após a aprovação do projeto, pois o que se propõe é o profissional responsável pelas atividades de sua competência, os serviços médicos. “Os médicos não querem e não podem chefiar os serviços de outras profissões”, resume.

Definição reforçada

Dois pareceres aprovados pelo Conselho Federal de Medicina vêm em reforço ao ato médico e ao atendimento digno à população. O nº 28/04, de relatoria do conselheiro Rubens dos Santos Silva, trata do protocolo de acolhimento das unidades de saúde da família. O parecer conclui que “não é concebível a



■ Comissão Nacional do Ato Médico, em Brasília.

modificação do atendimento à saúde da população para um modelo onde se confundam as atividades dos diversos profissionais envolvidos na assistência, o que acarretaria descaracterização das prerrogativas de cada profissão e diluiria a responsabilidade dos membros da equipe”. Por sua vez, o Parecer CFM nº 26, de relatoria do cons. Mário José Abdalla Saad, expressa que o procedimento de punção de medula óssea e a interpretação dos resultados caracterizam ato médico. “São atos interligados e complementares, sendo que a punção pode apresentar complicações, tais como sangramento, com risco para os pacientes. São procedimentos complexos, que envolvem treinamento especializado, que caracterizam ato médico, conforme Resolução CFM nº 1.627/2001, portanto só podendo ser realizados por médicos”, ressalta o conselheiro.

Comissão estadual reformulada

O Conselho Regional de Medicina do Paraná reformulou a composição da Comissão Estadual de Defesa do Ato Médico. Através da Portaria nº 069/2004 foram designados os seguintes conselheiros:

- » Alexandre Gustavo Bley
- » Luiz Sallim Emed
- » Miguel Ibrahim Abboud Hanna Sobrinho
- » Roseni Teresinha Florêncio
- » Sérgio Maciel Molteni

Projetos rejeitados

Dois projetos voltados a regulamentar o exercício profissional foram arquivados nas últimas semanas pelo legislativo federal, depois de terem sido rejeitados em mais de uma comissão. O projeto de lei nº 1.101/03, de autoria do deputado Paes Landim, tinha o propósito de dispor sobre diplomas, certificados e registro para exercício de profissões regulamentadas por lei. A proposta previa a possibilidade de os conselhos representativos aplicarem exames para ratificar habilitação para a atividade. Também acabou descartado o PL 1.346, do deputado Pastor Reinaldo, que determinava em seu artigo primeiro que “os conselhos federais de fiscalização profissional devem estabelecer os critérios gerais para aplicação, pelos conselhos regionais sob sua jurisdição, de exames de suficiência, como requisito prévio ao exercício da respectiva profissão”. De acordo com a proposta, a suficiência permitiria a habilitação para apenas quatro anos.

Controle na criação de cursos

O credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior e a autorização de cursos terão, a partir de 2 de janeiro de 2005, processos mais rápidos e rigorosos. No dia 10 de novembro, o Ministério da Educação publicou portaria que estabelece uma sistemática para a tramitação dos processos e fixa prazo específico para a finalização de cada uma de suas etapas. Além de agilizar a tramitação processual, esses procedimentos irão adequar os pedidos de autorização e credenciamento às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Contra novas escolas

Os conselheiros Donizetti Giamberardino e Luiz Sallim Emed estiveram na manhã de 10 de novembro, na Assembleia Legislativa do Estado, em visita ao deputado José Maria Ferreira. Este, é o autor do projeto de lei nº 301/2003, que dispõe sobre a abertura de escolas médicas estaduais. Os integrantes da Diretoria do CRMPR aproveitaram para contatar outros parlamentares para solicitar agilidade na votação da proposta, que visa evitar a abertura de faculdades de medicina sem qualidade e/ou necessidade social.

“elas @ arte.crmpr”

Com traços bastante semelhantes e com um bom humor de fazer inveja, cinco amigas artistas plásticas reuniram-se para expor no Espaço Cultural CRMPR. Cada uma com sua peculiaridade e com uma forma diferente de manifestar a arte através de gravuras, desenhos, pinturas e cerâmicas, Denise Coelho, Estela Sandrini, Guilmar Silva, Maria Ivone Bergamini e Mazé Mendes são as artistas que compõem a exposição “elas.arte.crmpr”. Além das obras, livros, portfólios e materiais explicativos de cada artista estão expostos para que os visitantes possam conhecer um pouco mais sobre a vida e as obras do grupo. Confira o breve currículo das expositoras.

Guilmar Silva



A artista paranaense atua na área de artes plásticas e suas telas mostram ter origem na organização espacial e pictórica do cubismo. Guilmar é bacharel em pintura pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em 1977, e pós-graduada em História e Cidade pela Universidade Federal do Paraná, em 1994. A pintora já participou de mais de 70 exposições individuais e coletivas por todo Brasil.

Serviço: Telefone 262-4881 ou pelo e-mail guilmarsilva@uol.com.br

Comissão de Análise

A Comissão de Análise, que define as atividades culturais do Espaço, é formada por Tânia Zaruch (coordenadora), Carlos Eduardo Zimmermann, Constantino Viaro e o Dr. Hélio Germiniani. Tânia é ex-diretora da Fundação Cultural de Curitiba. Zimmermann é artista e com estreita relação com a medicina, já que também se formou médico. Viaro, advogado e ex-superintendente da Fundação Teatro Guaíra, é filho do pintor italiano Guido Viaro (1897-1971), que ajudou a propagar a arte entre milhares de jovens paranaenses. Dr. Hélio é ex-conselheiro do Conselho de Medicina, professor livre-docente de Cardiologia da UFPR e estudioso da música e arte. Para apresentar sugestões ou propostas de exposições, enviar informações para o e-mail cultural@cmpr.org.br ou contatar a coordenadora pelo fone (0xx41) 240-4068.

Denise Coelho



A artista é ceramista e arte educadora desde 1969, quando iniciou sua carreira através do Curso de Artes Plásticas na Educação no Museu Alfredo Andersen. Participou, dentre outras mostras, do 1.º e 4.º Salões Paranaense de Cerâmica (1980 e 1983) e da Exposição “Tradição/Contradição”, no Museu de Arte Contemporânea do Paraná (1986). Foi premiada no 11.º Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho e no XX Salão de Belas Artes da Primavera em Curitiba. Atualmente, Denise dá aulas de cerâmica e participa de algumas exposições. Para o Espaço Cultural, produziu peças que formam dois conjuntos que se complementam.

Serviço: Telefone (0xx41) 353-5931 ou pelo e-mail: deniseceramica@hotmail.com/site: www.geocities.com/deniseceramica

Maria Ivone Bergamini Vannucchi



A artista paranaense, esposa do médico Antônio Alípio Vannucchi, já participou de diversas exposições, entre elas Salões Paranaenses, 12.º Bial de São Paulo, 23.º Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 7.ª, 8.ª e 10.ª Mostra do Desenho Brasileiro-Curitiba, 20.º Salon “Art et Couleur” (Thionville, França) e dos Projeto Bicho do Paraná e Expoente da Arte Paranaense. Atualmente, a artista dá aulas particulares de pintura. Para o Espaço Cultural CRMPR, Maria Ivone reuniu várias obras da Série Gravatas. Uma de suas características é a referência ao vestuário e aparência nos trabalhos.

Serviço: Telefone 335-4052 ou pelo e-mail voneetoninho@yahoo.com.br

Estela Sandrini

A artista paranaense é formada pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em 1967, e em Didática do Desenho pela Faculdade de Filosofia da PUCPR, em 1968. Também é especialista em Antropologia Filosófica pela Universidade Federal do Paraná, em escultura em Buenos Aires (1971) e em pintura e gravura pelo Instituto de Maryland of Arts (em Baltimore – EUA, em 1988). A artista já fez 15 exposições individuais e mais de 300 coletivas nacionais e internacionais. Possui acervo na coleção Gilberto Chateaubriand e nos Museus de Arte de Curitiba, Recife, Olinda, Goiânia, Santa Catarina e Salvador. Para a exposição do CRM, Estela reuniu diversas pinturas e desenhos nos quais a cadeira – para ela, símbolo da espera e da reflexão – aparece como objeto único.



Serviço: Telefone 266-4984 ou pelo e-mail: tecasandrini@bol.com.br

Mazé Mendes

Artista paranaense com dezenas de exposições individuais e coletivas no Brasil e exterior. Professora universitária, atuando ativamente como artista plástica há 28, já lançou dois livros sobre sua trajetória. Ela estudou e pesquisou o desenho e a gravura, que deram origem a seu traço forte que faz apelo ao pictórico (pinturas). Bacharel em pintura com licenciatura em desenho pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, em 1975, Mazé ministrou oficinas em diversas cidades do Paraná e nos Festivais de Inverno da Universidade Federal do Paraná (em Antonina). Atualmente, é professora da Faculdade de Artes do Paraná.

Serviço: Telefone (0xx41) 338-1546 ou e-mail: mazemendes@ig.com.br



Mostra eclética de artistas paranaenses é atração no CRM

A mostra “elas.arte.crmpr” foi inaugurada na noite de 2 de dezembro no Espaço Cultural CRMPR e ficará aberta à visitação pública até 16 de janeiro. São desenhos, gravuras, pinturas e cerâmicas de cinco artistas plásticas paranaenses de renome: Denise Coelho, Estela Sandrini, Guilmar Silva, Maria Ivone Bergamini Vannucchi e Mazé Mendes. A coletiva é a segunda atração exibida no Espaço Cultural, que funciona na Casa do Médico - a moderna sede do Conselho em Curitiba.

Onovo pólo cultural da Capital foi inaugurado durante as comemorações do Dia do Médico, em 18 de outubro, com a exposição “Pinturas Recentes”, de Carlos Eduardo Zimmermann, um dos mais consagrados artistas paranaenses e que também é médico por formação. A programação cultural para o próximo ano ainda está em fase de elaboração, sob responsabilidade da Comissão de Análise, designada pela Diretoria do Conselho e que está receptiva a sugestões e propostas por parte de profissionais médicos.

Novo atrativo

A vernissage organizada pelas artistas paranaenses ocorreu às 19h30 de 2 de dezembro, sendo prestigiada por mais de 100 pessoas, incluindo críticos e outros

profissionais ligados às artes plásticas. Além do conjunto de 83 obras expostas, os presentes tiveram acesso a um videoclipe de exibição contínua com imagens das artistas trabalhando em seus ateliês. À entrada do saguão do espaço foi instalada uma obra de cada uma das expositoras, em tamanho similar.

O presidente do Conselho, Donizetti Giamberardino Filho, destacou na oportunidade que o Espaço está se consolidando no roteiro cultural de Curitiba e cumprindo seu propósito de divulgar a arte paranaense e estreitar a relação da comunidade médica com a população. Ele aproveitou para enaltecer a cooperação do artista Carlos Eduardo Zimmermann, que inaugurou o local e manteve a sua mostra por mais de 40 dias. No período, foram algumas centenas de visitas, muitas associadas a eventos técnico-científicos realizados nas dependências do Conselho.

Além de enaltecer o empenho das novas expositoras e a qualidade de seus trabalhos, o presidente do CRMPR declarou-se orgulhoso em propiciar aos médicos e demais visitantes da Sede mais um atrativo de tamanha dimensão. Lembra que o prédio, em seu projeto arquitetônico, já realça aspectos históricos da medicina, e que o local

já abriga uma exposição permanente – “Os Pioneiros da Medicina Paranaense”. É um conjunto de 30 painéis que retratam mais de um século da história médica no Estado, da construção dos primeiros hospitais à constituição do Conselho Regional de Medicina.

Congratulações

Em proposta do deputado Rafael Greca de Macedo, a Assembléia Legislativa do Estado consignou “Voto de Congratulações” ao Conselho Regional de Medicina do Paraná pela abertura do Espaço Cultural em Curitiba, como parte das comemorações alusivas ao Dia do Médico. Em sua justificativa, o parlamentar ressalta que “no dia 18 de outubro, celebração de São Lucas, padroeiro dos médicos e evangelistas, o CRMPR, na sua sede, dita Casa do Médico, abriu espaço cultural com a mostra do médico e pintor Carlos Eduardo Zimmermann”. Além de destacar o histórico artístico-profissional e as muitas premiações de Zimmermann, natural de Antonina, o deputado Greca de Macedo expressa em seu requerimento que a criação da galeria de arte no Bairro Vista Alegre “equipa o Conselho Regional de Medicina, qual entidade social aberta ao público, além de suas elevadas funções. Que este voto seja



O conjunto de obras das cinco artistas estará em exposição no Espaço Cultural do Conselho de Medicina até 16 de janeiro.



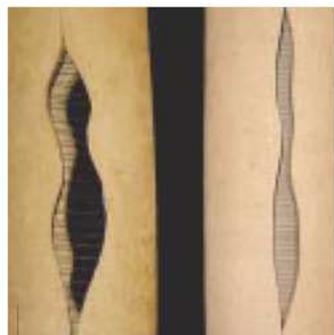
Mais de 200 pessoas passaram pelo Espaço Cultural na inauguração do novo atrativo, a mostra coletiva de cinco artistas plásticas paranaenses.

encaminhado ao Conselho, através de seu presidente, Dr. Donizetti Giamberardino Filho.”

Serviço:

O Espaço Cultural CRMPR fica no saguão do piso S2 (mesmo

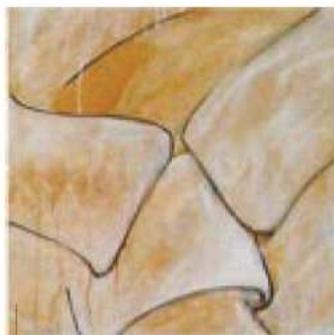
do auditório) do prédio da Sede, na Rua Victório Viezzer, 84, bairro Vista Alegre. O horário de visitas é das 13 às 19h, de segunda a sexta-feira. Informações pelo fone (0xx41) 240.4068 ou por e-mail (cultural@crmpr.org.br).



Detalhe de cerâmica cilíndrica iluminada, que representa o universo masculino. Obra de Denise Coelho.



Detalhe do quadro da série “Horizontais”, de 100x100cm, confeccionado em 2004 por Mazé Mendes.



Detalhe da obra acrílica sobre tela, de 2004 e sem título, de autoria de Maria Ivone Bergamini Vannucchi.



Detalhe de acrílico sobre tela de 2x0,70m, que faz parte das obras expostas na entrada do Espaço. Por Guilmar Silva.



Detalhe da obra “Sujeito oculto”. Óleo sobre tela de 0,60x0,70m, de autoria de Estela Sandrini.

NOTAS

Educação Médica

O Conselho Federal de Medicina coloca à disposição dos médicos e instituições de ensino as fitas de vídeo com os programas das séries Bioética (80 programas), Medicina Brasileira (47) e Práticas Médicas (4). O custo é de R\$ 9,00/unidade, mais a postagem. Os temas são atuais, como comitês de ética em pesquisa, clonagem e erro médico. O pedido pode ser feito pela internet (www.portalmédico.org.br), onde também é possível visualizar os títulos e sinopses dos programas. Inf.: e-mail (educacaomedica@cfm.org.br).

Médicos e a casa de parto

A plenária do Cremerj aprovou, em outubro, a resolução n.º 201/04, que veda aos médicos exercerem suas funções nas chamadas "casa de parto" e determina que toda a rede de saúde comunique ao Conselho a transferência de qualquer paciente, gestante ou recém-nascido, provenientes desses locais. O Conselho de Medicina de São Paulo fez o mesmo através da Resolução n.º 111, de 23 de novembro último, estabelecendo limites que tendem a alcançar todo o território nacional.

Congresso de perícias médicas

A Sociedade Paranaense de Perícias Médicas, com o apoio da Sociedade Brasileira e Conselho de Medicina do Paraná, realizou em Curitiba o 2.º Congresso Paranaense de Perícias Médicas. O evento ocorreu de 18 a 20 no auditório do CRM PR e teve em destaques palestras e debates sobre auditoria, responsabilidades civil e criminal e perícias administrativas, judiciais, previdenciárias e médico-legal. O conferencista convidado foi o juiz Miguel Kfoury Neto, que falou sobre "A responsabilidade civil e criminal do médico perito".

Médicos no Mercosul

Os diretores do CFM, Antônio Gonçalves Pinheiro, Genário Barbosa e Marco Antonio Becker, participaram da reunião da Comissão de Integração de Médicos do Mercosul (CIMS), que ocorreu dia 26 de novembro em Assunção, no Paraguai. Estiveram em debate os seguintes temas: educação médica continuada e a recertificação profissional; a regulamentação do exercício profissional no Mercosul; as

sanções aplicadas aos médicos por infrações éticas; e a remuneração do trabalho médico nos países do Mercosul, com comparativo de valores.

Médico homenageado

O endocrinologista Júpiter Viloz Silveira recebeu o título de Cidadão Honorário de Londrina durante sessão solene da Câmara de Vereadores de Londrina, realizada em 26 de novembro. Ele é o fundador da Associação dos Diabéticos do Estado do Paraná, da Associação dos Médicos Espíritas de Londrina, do Educandário Eurípedes Barsanulfo e da Casa do Caminho, por onde já passaram cerca de 1,6 mil crianças e adolescentes desde setembro de 1987. Por causa de seu envolvimento com causas sociais e humanitárias, no ano passado o Dr. Júpiter tinha sido homenageado pelo Conselho de Medicina do Paraná, que lhe conferiu a "Medalha de Lucas – Tributo ao Mérito Médico". Natural de Santana do Livramento (RS), tem 59 anos. Graduado em 1971 pela PUC-RS, está há 30 anos em Londrina.

Tendências no setor de saúde

A Federação dos Hospitais do Paraná (Fehospar) promoveu no auditório do CRM PR, *workshop* sobre "Tendências do setor de saúde no Brasil na visão dos prestadores de serviços". O evento ocorreu na tarde de 29 de novembro e teve como palestrantes o presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS), José Carlos Abrahão; o presidente da Federação Brasileira de Hospitais (FBH), Eduardo Oliveira; os representantes da Federação Brasileira de Administradores Hospitalares (FBAH), Eduardo Meireles, e da ANS, José do Vale. Administradores, médicos e diretores de hospitais e estabelecimentos de saúde participaram do encontro, aberto pelo presidente da Fehospar, médico José Francisco Schiavon.

Nova diretoria da Abem

O Prof. Milton de Arruda Martins, titular da disciplina de Clínica Médica da FMUSP, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), durante o XLII Congresso, realizado de 21 a 24 de novembro, em Vitória (ES). Os presidentes das entidades médicas nacionais (CFM, AMB e Fenam) também participaram da votação. A nova diretoria,

para o biênio 2004/2006, terá dois representantes do Paraná como coordenadores de comissões ou grupos de trabalho. O Prof. João José Batista Campos, da UEL, vai atuar na comissão de Capacitação Docente, enquanto Patrícia Tempski Fiedler, das Faculdades Evangélicas, estará na comissão de Qualidade de Vida e Suporte ao Estudante de Medicina.



Adolescência e drogas

O livro "Adolescência e drogas" foi lançado no final de outubro, na sede do CRM PR.

O trabalho foi organizado pelo psiquiatra Marco Antônio Bessa (foto), conselheiro coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho, e a psicóloga Ilana Pinky, coordenadora do Ambulatório de Adolescentes da Unifesp. A obra faz uma abordagem multidisciplinar e visa auxiliar pais, professores e profissionais de saúde a enfrentarem o problema.

Recursos à saúde

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal aprovou em novembro o Projeto de Resolução 105/03, do deputado Geraldo Resende (PPS-MS), que institui Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o cumprimento da Emenda Constitucional 29, que vincula recursos mínimos para aplicação obrigatória na área da saúde por parte dos estados e do Distrito Federal. Levantamento do Ministério da Saúde indica que a maior parte dos 27 estados continua descumprindo a lei, incluindo em ações e serviços de saúde gastos que vão de saneamento básico a meio ambiente. O projeto de resolução precisa ser votado pelo Plenário, mas antes ainda deverá passar pelas Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Atenção

Acesse o site do Conselho para saber sobre banco de empregos e oportunidades profissionais, calendário científico e de eventos, agenda da Diretoria e atividades do CRM, artigos de opinião e outras notícias de interesse do médico.

Agenda médica

ABRIL/2005

20 a 23

23.º Congresso Mundial de Patologia e Medicina Laboratorial
Local: Vitória (ES)
Inf.: (0xx27) 3324-1333, 3325-7724 e 2430-1608 ou (www.sobracil.org.br/congresso) ou (congresso@sobracil.org.br).

MAIO

25 a 28

"O futuro de uma geração"
(Multidisciplinaridade e avanços no atendimento da criança, do adolescentes e da família)
XVIII Congresso da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil (Abenepi)
XV Congresso da Federação Latino-Americana de Psiquiatria da Infância, Adolescência, Família e Profissões Afins
I Jornada de Saúde Mental da Sociedade Paranaense de Pediatria
Local: Expotrade Pinhais, Grande Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou e-mail (ekipe@ekipeventos.com.br)

JULHO

2 a 6

IX Congresso Brasileiro de Transplantes
VII Encontro de Enfermagem para Transplantes
Fórum de Histocompatibilidade-ABH
IV Congresso Luso-Brasileiro de Transplantes
Local: Salvador (BA)
Inf.: www.abto.org.br/ ou e-mail: abto@diakdata.com.br

AGOSTO

27 a 30

II Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas – Criança 2005
Local: Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 310-1010 (www.pequenoprincipe.org.br) ou (eventos@hpp.org.br)

NOVEMBRO

12 a 15

X Congresso Bras. de Hansenologia
Local: João Pessoa (PB)
Inf.: (0xx16) 633-0236 ou (www.sociedadehansenologia.com.br) ou (sbhan@fmp.usp.br).

Presidente eleito da SBA realça apoio ao movimento pela dignidade médica

Roberto Bastos da Serra Freire vai presidir a Sociedade Brasileira de Anestesiologia na gestão de 2005. Ele foi eleito durante o 51.º Congresso Brasileiro de Anestesiologia, realizado de 13 a 17 de novembro e que reuniu cerca de 2,7 mil profissionais em Curitiba. Conselheiro do CRMPR e ex-presidente da Sociedade Paranaense, Serra Freire vai suceder a Pedro Thadeu Galvão Viana, que está encerrando o seu mandato. O representante do Paraná é o atual vice-presidente da SBA, função que no próximo ano passará a ser ocupada por João Aurílio Rodrigues Estrela, da Paraíba.

“Pretendo que a gestão seja democrática e participativa. Todos com suas capacidades individuais em muito contribuirão para o ganho coletivo. A idéia é tornar a SBA cada vez mais aberta, cada vez mais do sócio e seguir o bom trabalho daqueles que me antecederam”, diz o presidente eleito, disposto a conduzir um processo de ampliação e fortalecimento do quadro associativo. “As vantagens serão inúmeras, já que colegas fora do nosso convívio são presas fáceis da ganância dos gestores da saúde, tanto privada, quanto pública. Além disso, podemos citar que o padrão da anestesia - e aí leia-se segurança - aumentaria em muito”. Hoje são 6,1 mil anestesiológicos associados, mas as estimativas são de que exista o dobro de profissionais atuando na especialidade no País. O Paraná conta com mais de 500 associados.

Remuneração e educação

No aspecto econômico, Serra Freire anuncia a disposição de continuidade de luta na coordenação e apoio da implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Mé-

dicos, “que na atual conjuntura é mais do que uma bandeira política, mas uma questão de sobrevivência diante daqueles que mercantilizam a medicina. Do mesmo modo, será enfatizada a busca pela remuneração condigna nos procedimentos do SUS, “dos quais muitos dos nossos colegas dependem para sua subsistência”.

A proposta de trabalho também destaca aspectos de formação e educação continuada. “Procuraremos fazer um trabalho junto aos Centro de Ensino e Treinamento para que médicos em especialização melhorem seus conhecimentos do mercado de trabalho e a relação ética nesse meio. Acreditamos que, se esses colegas saírem com uma visão um pouco mais abrangente, muitos dos problemas que temos tido possam ser evitados no futuro”. Ele entende que o uso de recursos tecnológicos, como o portal e videoconferências, também vai contribuir para atingir um maior número possível de sócios com a reciclagem necessária. Neste aspecto, enaltece a iniciativa pioneira das videoconferências No Estado, numa parceria com o CRMPR.

Outra iniciativa que a nova diretoria da Sociedade pretende levar a diante é a de criar possibilidade para que a população de municípios carentes de anestesiologia tenham acesso ao serviço especializado. “Vemos que uma parcela significativa dos deslizes éticos nesse Brasil afora são motivados pela ausência desse médico à cabeceira cirúrgica, mormente por não encontrar condições de trabalho nesses municípios. Neste ano já estivemos por duas vezes no Ministério da Saúde tratando do assunto e cremos que teremos para breve a solução”, esclarece Serra

Freire. Ainda de acordo com ele, outra questão também voltada para a saúde básica é possibilitar junto à Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais a parceria necessária para o tratamento da dor oncológica, “ação que necessita de baixo investimento em termos armamentário farmacológico e que dá uma qualidade de vida sem precedentes a esses pacientes que tanto precisam de nossa colaboração”.

O presidente eleito da SBA, que tem sede no Rio de Janeiro, ressalta que a Sociedade é, hoje, a segunda do mundo em número de associados, ficando atrás somente da norte-americana. Não por acaso, diz, “já tivemos um presidente da World Federation (Dr. Carlos Parsloe) e hoje temos um vice (Dr. José Roberto Nociti) e um delegado (Dr. Gastão Durval Neto)”. Destaca ainda que o Congresso Mundial em Paris teve maciça e marcante presença brasileira. Além da expansão do quadro associativo, Serra Freire aponta a necessidade de estreitar as relações com os países vizinhos, para a troca de experiências e projetar maior valorização profissional. “Temos condições para isso. É preciso traçar a política certa e, para isso, a Comissão de Assuntos Internacionais está pronta para assumir a missão”.

Perfil do Presidente

Roberto Bastos da Serra Freire (CRMPR 7273), presidente eleito da SBA é formado em Medicina pela Universidade Federal do Pará em 1977, tendo feito residência em anestesiologia no CET do Hospital Pedro Ernesto. Desde 1980 exerce a especialidade em Curitiba. Ocupou os cargos de secretário, diretor-científico, vice-presidente e presidente da Sociedade Paranaense de Anestesiologia,

além de exercer as funções de diretor-secretário da Cooperativa Paranaense dos Anestesiologistas e Conselheiro do CRMPR, fazendo parte da diretoria nas últimas gestões.

A nova diretoria da SBA terá outros representantes do Paraná: Eduardo Ferreira de Oliveira Filho, na Comissão de Honorários Médicos; Débora de Oliveira Cumino, no Comitê de Anestesia em Pediatria; Paulo Armando Ribas Júnior, no Comitê de Anestesia Cardiovascular e Torácica; e Fábio Mauricio Topolski, no Comitê de Via Aérea Difícil.

Serviço

Saiba mais sobre legislação, atividades, agenda científica e Centros de Treinamento acessan-



Roberto Bastos da Serra Freire, presidente eleito da SBA.

do site da SBA (www.sba.com.br) ou da Regional do Paraná (www.copan.org.br/spa). A Brasileira teve sua primeira diretoria em 1948. A Paranaense foi fundada em 16 de outubro de 1967 e teve como presidente do Dr. Farid Sabbag, também conselheiro nato do CRMPR.

Conselho presta consultoria jurídica

O Conselho Regional de Medicina do Paraná, a exemplo do que já fez há alguns anos, disponibiliza sua Assessoria Jurídica aos médicos inscritos do Paraná para consultas e orientações. Assim, o médico que tenha dúvidas sobre assuntos de ordem jurídica poderá consultar-se com um dos advogados do CRMPR e saná-las, recebendo então orientação sobre os caminhos que poderá tomar, as prerrogativas que possui frente à lei e os problemas que eventualmente esteja enfrentando.

Dessa forma, o Conselho estará viabilizando aos médicos inscritos um serviço importante e especialmente sem qualquer vinculação profissional futura, desde que disponibilizará apenas a consulta, de caráter estritamente informativo e esclarecedor, cumprindo assim uma de suas obrigações como órgão representativo da classe médica.

O CRMPR estará promovendo também pela sua Assessoria Jurídica, em favor dos médicos aposentados, ações revisionais de suas aposentadorias, visando reajustar os benefícios defasados pelos aumentos concedidos a menor, no período de 1996 a 2002. Os médicos que se aposentaram nesse período poderão solicitar revisão do valor que atualmente vem percebendo, com eventuais chances de reajuste. Cumulativamente, o pagamento será pleiteado dos valores devidos em consequência das defasagens, acrescidos de juros e correção monetária.

Os interessados deverão contatar o CRMPR, bem como agendar consultas, pelo telefone (0xx41) 240-4000 ou e-mail (dejur@crmpr.org.br).

Lição para novos tempos

A Dra. Helen Anne Butler Muralha foi diplomada com o Mérito Ético Profissional no Dia do Médico. Ao mostrar um pouco de seu trabalho médico, social e cultural, o CRMPR estende a deferência a todos os profissionais que completaram o Jubileu de Ouro

Foi com o objetivo de difundir e preservar a obra literária do marido que a ginecologista e obstetra Helen Anne Butler Muralha fundou, em 1988, a ONG Fundação Sidônio Muralha de Literatura Infanto-Juvenil. Ao lado dos dois filhos (Maria Beatriz Muralha de Sousa e Mário Jorge d'Almeida Muralha) e do irmão dele (Fernando Muralha), a Dra. Helen acabou concretizando um projeto de alcance ainda maior, de incentivo às atividades culturais - sobretudo de caráter literário - às novas e futuras gerações.

"A finalidade da fundação é criar e manter bibliotecas infanto-juvenis, visando o desenvolvimento nas crianças do prazer pela leitura, além de auxiliar na pesquisa escolar e no aprimoramento cultural e no conhecimento", explica a Dra. Helen, que foi casada com o escritor e poeta Pedro Sidônio de Araújo Muralha (1920-1982), autor de uma das mais significativas obras poéticas para crianças em língua portuguesa. Nascido em Lisboa e vivendo no Brasil desde 1961, ele publicou 21 livros em prosa e versos para adultos e 15 para crianças,



Dra. Helen, na entrega do Diploma de Mérito Ético.

por editoras portuguesas e brasileiras. Sua estréia foi em 1941, com "Beco", livro de poesia político-social.

A médica ressalta que um dos grandes ensinamentos deixados pelo marido é o da preocupação com as questões sociais, principalmente em relação às crianças. "Ele sempre dizia que nada estava perdido ainda por causa das crianças, pois nelas existia o futuro e a esperança de melhoria. É esta esperança me fez ter forças para seguir o seu trabalho. Me envolvi dentro dessa angústia, dessa preocupação, toda dele. Essa forma de dar continuidade à obra dele, de dar-lhe vida, é que dá forças para manter a fundação", destaca. Relembra que o marido, um dia indagado sobre a escolha de escrever para as crianças e os jovens, justificou que "é como um corredor de estafetas que passa o testemunho, para outros prosseguirem, e depois sai do campo, apaga-se, desaparece, leva com ele a certeza do dever cumprido."

Atividades

A Dra. Helen conta que o primeiro trabalho realizado pela ONG foi em parceria com a diretora do Centro de Estudos Amazônicos, Mari Alegreti, no qual foram produzidas espécies de sacolas carregáveis contendo um almanaque Abril, um minidicionário e 18 livros de literatura infanto-juvenil de diversos autores. O material foi distribuído para 20 reservas extrativistas no Acre e, de tempos em tempos, era feita a permuta dos livros entre as reservas, o que garantia aos jovens a difusão da literatura e o gosto pela leitura. "Este trabalho ficou conhecido como Biblioteca Am-

bulante", relata.

Atualmente, a fundação desenvolve uma série de atividades, entre elas a parceria com o Centro Paranaense de Filosofia - Educação para o Pensar, uma entidade civil de prestação de serviços e de pesquisa em filosofia e educação, criada em 1995 e dirigida pelo Prof. Darcísio Natal Muraro. "O nosso ideal é resgatar a contribuição humanística da filosofia como base para a formação integral da pessoa e do cidadão. Propomos atender a comunidade escolar para desenvolver esse trabalho em sua ação pedagógica, em todos os níveis educativos", diz.

Para a formação de professores de educação infantil, ensino fundamental e médio de diversas escolas de várias regiões do Paraná são utilizadas as obras de Sidônio Muralha, que estimulam a associação de idéias e interpretação infanto-juvenil. Ao mesmo tempo, são realizados cursos, palestras e eventos por meio da parceria celebrada em 1996 com o Centro Paranaense de Filosofia.

A fundação tem a sua sede na Rua Des. Westphalen, 1014, região central de Curitiba. A casa, onde a médica nasceu, foi remodelada para servir de sede da entidade e abrigar a Biblioteca Infanto-Juvenil Helena Kolody, inaugurada em maio de 2002. As muitas iniciativas da fundação incluem a abertura da primeira biblioteca infanto-juvenil de Rondonia, na cidade de Jaru, e que leva o nome do escritor. Também ajudou a constituir a Biblioteca Cecília Meireles, em Porto Primavera (SP). Dentre outros eventos, promoveu o IV Encontro Paranaense de Leitura e Literatura Infantil, em parceria com a Fundação Cultural de Curitiba e Biblioteca Pública do Paraná.

Na fundação também são realizadas reuniões com descendentes da Letônia - do Grupo Leto de Curitiba -, com o intuito de preservar a memória e a cultura do país onde nasceram os pais da médica. Os encontros ocorrem na última sexta-feira de cada mês.



Dra. Helen, na biblioteca da Fundação estímulo à literatura como instrumento para formar uma geração mais culta e humana.

Escolha da medicina

Preencher uma expectativa familiar e concretizar o sonho de ajudar e orientar as pessoas. Estes foram os fatores que motivaram a Dra. Helen a fazer a escolha por medicina, numa época em que as mulheres eram raridade na profissão. A mãe não conseguiu realizar o sonho de cursar medicina, mas influenciou a Dra. Helen, que desde a infância já se interessava pelos temas médicos.

Ela vê uma grande distância entre o ensino e a prática médica de sua época e hoje. Exemplifica que o relacionamento do professor com o aluno ficou mais distante com a reforma do ensino universitário e que esse foi um dos motivos que a levou a deixar a função de instrutora de ensino em clínica médica na Federal e na PUC. Recorda que, enquanto estudante, freqüentava as aulas de clínica médica e, por ser mulher, achava fundamental saber mais sobre ginecologia e obstetrícia. Acabou fazendo residência médica e se dedicando à especialidade.

Para os dias atuais, em que o médico vive sob intensa pressão, a ginecologista ensina a importância de se dedicar a atividades complementares saudáveis. "A medicina, às vezes, fecha um pouco as pessoas, apesar de ter contínua e direta relação com elas. Exercer um trabalho social serve para arejar, dar higiene mental e abrir horizontes. Dentro da minha profissão preciso fazer o bem para o outro e para mim mesma. Me sinto completa profissionalmente tendo um trabalho como este da fundação. Faz um bem que amplia, é um retorno maior. É importante para o médico ter relação com outros profissionais, eles nos ensinam coisas novas, diferentes do nosso mundo", reforça a Dra. Helen.

A Dra. Helen graduou-se em 12 de dezembro de 1954 pela Federal do Paraná. Em outubro último, como parte das comemorações do Dia do Médico, ela foi homenageada pelo Conselho de Medicina do Paraná com o Diploma de Mérito Ético-Profissional, deferência que alcança os médicos que completam 50 anos de atividades e que são exemplos à atividade.

Serviço: Informações sobre as atividades da ONG ou doações de livros podem ser obtidas no site (www.philosletera.org.br) ou pelo telefone (0xx41) 323-3313.